


Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques nas jurisprudências dos tribunais relevantes para o setor.

JURISPRUDÊNCIA


1. Pleno do TST decide que trabalhadores rurais não têm direito a horas in itinere após a Reforma Trabalhista

 No julgamento do Incidente de Recursos de Revista (IRR-0010349 74.2022.5.15.0058), o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho fixou tese jurídica com repercussão nacional reconhecendo que: “*Aplica-se ao trabalhador rural o art. 58, §2º, da CLT, com a redação inserida pela Lei nº 13.467/2017, não lhe sendo devidas horas in itinere.*”


✦ **Relevância:** A FAESP atua no IRDR instaurado no TRT-15 nº 0008369-09.2021.5.15.0000 defendendo a aplicação plena da Reforma Trabalhista ao campo, especialmente no que diz respeito à extinção do pagamento de horas in itinere. A decisão do Pleno do TST é extremamente favorável para consolidação do entendimento e unificação da matéria em todas as instâncias.

 [Acórdão tst julgamento pleno horas in itinere.pdf](#)


2. Empresa que se omitiu diante de assédio no ambiente de trabalho deve indenizar empregada

 TRT-2 condenou empresa por inércia diante de denúncias de assédio moral, reforçando o dever do empregador de agir para prevenir e coibir condutas abusivas.

✦ **Relevância:** O empregador, especialmente em propriedades de médio porte e grande porte com equipes numerosas, deve manter canais de denúncia e orientação clara sobre comportamento no ambiente de trabalho.

 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/empresa-que-se-omitiu-diante-de-assedio-no-ambiente-de-trabalho-deve-indenizar-empregada>

3. Pleno do TRT-15 reconhece constitucionalidade de artigos da CLT que tratam de redução de jornada e salário por convenção

 O Tribunal validou os arts. 611-A, XII e 611-B, XVII da CLT, permitindo a redução mediante acordo coletivo.

✦ **Relevância:** Importante precedente para empregadores que buscam alternativas em tempos de crise climática ou sazonalidade da produção.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/pleno-do-trt-15-reconhece-constitucionalidade-de-artigos-da-clt-que-tratam-de-reducao>

4. 5ª Câmara anula sentença que impediu depoimento de testemunha por troca de favores

📄 Tribunal reafirmou que amizade ou favorecimento entre partes e testemunhas não pode, por si só, justificar a exclusão de depoimentos.

✦ **Relevância:** O entendimento revela a necessidade de trazer provas robustas nos autos para descrédito da testemunha e invalidação do depoimento mediante critérios objetivos de parcialidade.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/5a-camara-anula-sentenca-que-impediu-depoimento-de-testemunha-por-troca-de-favores>

5. Professora dispensada em fevereiro receberá indenização por perder chance de emprego

📄 O TST reconheceu o direito à indenização pela “perda de uma chance” após demissão ocorrida em período crítico para novas contratações.

✦ **Relevância:** Grave precedente para empregadores que contratam por ciclos (safras, projetos temporários etc.), exigindo cautela nos períodos de rescisão contratual.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/professora-dispensada-em-fevereiro-receber%C3%A1-indeniza%C3%A7%C3%A3o-por-perder-chance-de-emprego>


6. TST confirma extinção de ação sobre greve não deflagrada


📄 A Justiça do Trabalho extinguiu ação de abusividade por inexistência do movimento paretista.


✦ **Relevância:** Atenção para cautela na judicialização precoce de ameaças de greve não efetivadas.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/tst-confirma-extin%C3%A7%C3%A3o-de-a%C3%A7%C3%A3o-sobre-greve-n%C3%A3o-deflagrada-1>


7. Cláusula coletiva que divide intervalo intrajornada em dois períodos é válida


 O TST reconheceu a validade de cláusula de convenção coletiva que autoriza a divisão do intervalo intrajornada em dois períodos, desde que haja previsão expressa no acordo coletivo e que isso não prejudique a saúde e segurança do trabalhador.

 **Relevância:** A decisão reforça a importância da negociação coletiva para o setor agropecuário, especialmente em atividades sazonais e em jornadas fracionadas no campo, permitindo maior flexibilidade operacional com respaldo jurídico.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/cl%C3%A1usula-coletiva-que-divide-intervalo-intrajornada-em-dois-per%C3%ADodos-%C3%A9-v%C3%A1lida>


8. Justa causa de empregada que vazou dados sigilosos por engano é mantida


 A Justiça do Trabalho da 2ª Região manteve a demissão por justa causa de funcionária que compartilhou dados confidenciais de colegas por erro.

 **Relevância:** A decisão reforça a importância da de treinamentos e protocolos de proteção de dados.

 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/sentenca-confirma-justa-causa-de-empregada-que-expos-dados-sigilosos-de-profissionais-por-engano>


9. Empregadores são responsabilizados por morte de trabalhador por dengue em alojamento


 O TRT-15 entendeu que empregadores devem responder por não assegurarem condições adequadas de alojamento a trabalhador que morreu por dengue contraída no local.

 **Relevância:** A jurisprudência destaca a necessidade de condições dignas de habitação no campo, sobretudo durante a safra, sob risco de responsabilização por omissões sanitárias.


 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/acordao-reconhece-responsabilidade-de-empregadores-por-morte-de-trabalhador-por>

10. Reconhecido dano existencial por jornada exaustiva de motorista de caminhão


 A 4ª Câmara do TRT-15 condenou uma empresa por impor jornada excessiva a um motorista, reconhecendo o dano existencial decorrente da privação de convívio familiar e lazer.

 **Relevância:** A decisão serve de alerta ao setor agropecuário, especialmente nas

atividades de transporte de grãos e produtos rurais. Jornadas extensas sem controle efetivo podem gerar passivos significativos, inclusive por dano moral/existencial.

 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/4a-camara-reconhece-dano-existencial-em-jornada-exaustiva-de-motorista-de-caminhao>


11. Rejeição de embargos confirma inaplicabilidade de recomposição de APP em área de reservatório antigo

 O TJSP rejeitou embargos do Ministério Público, mantendo decisão que afastou a obrigação de recompor Área de Preservação Permanente em área às margens da Usina de Volta Grande, com base no art. 62 do Código Florestal e em precedentes da Câmara Reservada ao Meio Ambiente. A corte entendeu que não se verificou a ocupação de área que, à luz da nova legislação, ainda se configure como Área de Preservação Permanente

♦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a segurança jurídica para produtores rurais em áreas adjacentes a reservatórios antigos, ao delimitar com clareza a aplicação do Código Florestal.

 <0000385-13.2010.8.26.0352>


12. TAC ambiental firmado em 2014 mantém validade mesmo após alienação do imóvel e mudanças legislativas

 O TJSP reconheceu a validade da execução de TAC ambiental firmado em 2014 para restaurar APP, afastando alegações de perda de domínio e legislação florestal posterior. A obrigação foi mantida com base na responsabilidade solidária e no princípio da lei vigente à época (*tempus regit actum*), reforçado pela Súmula 613 do STJ.

♦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reafirma que os compromissos ambientais assumidos por produtores rurais permanecem válidos, mesmo após a transferência da propriedade ou alterações na legislação, impactando diretamente a gestão de passivos ambientais no setor.

 <1000688-21.2022.8.26.0471>

13. Reforma parcial reconhece supressão de vegetação e impõe regularização ambiental em loteamento

 O TJSP reformou parcialmente sentença e determinou a regularização ambiental de imóvel urbano com supressão não autorizada de vegetação nativa em São Sebastião. A

indenização por dano moral coletivo foi afastada por ausência de repercussão social comprovada.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão evidencia que mesmo imóveis fora de APP e localizados em áreas urbanas podem gerar obrigações ambientais, reforçando a importância do licenciamento prévio e da comprovação de regularidade.

🔗 [1002106-34.2022.8.26.0587](#)

14. Município é excluído de ação ambiental por ausência de comprovação de omissão fiscalizatória

📄 O TJSP afastou a responsabilidade de Município por supressão irregular de vegetação, ao concluir que não houve omissão fiscalizatória nem nexo causal. A condenação foi mantida apenas ao causador direto do dano, vale pontuar que o dever de reparação do dano ambiental é direcionado em primeiro lugar ao poluidor direto e o ônus da reparação pode ser atribuído à Administração Pública de modo subsidiário, ou seja, se o efetivo causador do dano não o reparar.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão delimita a responsabilidade subsidiária do poder público em infrações ambientais, reforçando a importância da prova de omissão para atribuição de dever de reparação.

🔗 [1002429-97.2024.8.26.0642](#)


15. Município é responsabilizado subsidiariamente por omissão em fiscalização de dano ambiental em APP

📄 O TJSP reconheceu a responsabilidade solidária e subsidiária de Município por omissão na fiscalização de garagem náutica construída em APP, mantendo a condenação dos proprietários por recuperação ambiental, já o pedido de indenização por danos morais coletivos foi afastado.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reafirma o dever dos municípios na fiscalização ambiental e reforça que a omissão do poder público pode gerar responsabilização subsidiária.

🔗 [1003330-75.2020.8.26.0587](#)


16. TJSP anula auto de infração por queimada em canavial sem prova de culpa ou dolo do produtor

 O TJSP afastou a prescrição intercorrente, mas anulou auto de infração ambiental por queimada em área de cana, ao concluir que não houve prova de conduta dolosa ou culposa da empresa. Ressalta-se que a responsabilidade administrativa exige comprovação subjetiva, diferente da responsabilidade civil do poluidor pelo dano ambiental, que é objetiva.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a necessidade de comprovação de culpa ou dolo para aplicação de penalidade administrativa ambiental, garantindo maior segurança jurídica ao produtor rural em casos de incêndios acidentais.

 [1003487-61.2023.8.26.0484](#)


17. Mantida condenação por supressão de vegetação em área de Mata Atlântica sem autorização

 O TJSP manteve a condenação criminal de réu que destruiu 0,2 ha de vegetação secundária em estágio médio de regeneração no bioma Mata Atlântica, sem autorização ambiental. A corte afastou as teses de insignificância, estado de necessidade e erro de proibição.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a responsabilização penal por desmatamento em áreas protegidas, mesmo de pequena extensão, destacando a necessidade de regularização prévia junto aos órgãos ambientais.

 [1500440-24.2021.8.26.0118](#)


18. Ação sobre loteamento irregular é redistribuído para Câmara Ambiental


 A 10ª Câmara de Direito Público do TJSP não conheceu da apelação do Estado de São Paulo e do Município de Mairiporã em ação civil pública por loteamento irregular em área de proteção. Determinou a redistribuição do processo para as Câmaras Reservadas ao Meio Ambiente, por se tratar de tema ambiental. A decisão reforça a competência especializada para julgar demandas ligadas à proteção ambiental.

✦ **RELEVÂNCIA:** Destaca a responsabilização objetiva do poder público e de particulares por danos ambientais e a prioridade da legislação ambiental, impactando empreendimentos rurais próximos a áreas protegidas, reforçando a necessidade de licenciamento prévio e regularização fundiária.

 [0001450-17.2012.8.26.0338](#)

19. TJSP decide que supressão de vegetação exige licença ambiental prévia

 O TJSP reformou sentença que permitia suprimir vegetação em lote urbano, entendendo que a retirada de vegetação nativa do bioma Cerrado depende de prévia autorização ambiental. A decisão reforçou a competência da CETESB para fiscalizar e autorizar essas intervenções. Ainda, o Tribunal considerou irrelevante o registro antigo do loteamento frente à proteção ambiental atual.

 **RELEVÂNCIA:** Fortalece a exigência de licenciamento ambiental para qualquer intervenção em vegetação nativa, mesmo em áreas urbanas antigas, impactando empreendimentos rurais e urbanos e alertando para a função ambiental da propriedade e o dever de preservação.

 [1000064-47.2018.8.26.0071](#)